

Demonstrações Contábeis

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO

31 de dezembro de 2019 e 2018

Com Relatório do Auditor Independente
Sobre as Demonstrações Contábeis

1

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

16/fevereiro/2021

Aos conselheiros e administradores da

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Atenciosamente,

Audisa Auditores Associados

2

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4-6
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ. : 61.669.966/0001-00

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Não recebemos a totalidade das respostas das confirmações externas enviadas à instituição financeira Banco Bradesco S.A., especificamente da conta 42.310-6 – SJC (R\$ 1,00 em conta corrente e R\$ 6.240.27 em aplicações financeiras), com a qual a Entidade mantém operações. Apesar de examinarmos alternativamente os respectivos extratos bancários, não podemos afirmar sobre a inexistência de possíveis passivos, garantias, avais ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas pela Entidade em 31 de dezembro de 2019.

A Entidade não possui o controle físico sobre os bens móveis do Imobilizado do Grupo Ativo Não Circulante e, conseqüentemente, as despesas com depreciações são calculadas através de taxas anuais fixadas pela legislação fiscal sobre os saldos contábeis das contas do Ativo Imobilizado. Para determinar seus saldos e montantes adequados a serem contabilizados em despesas de depreciação, será necessário efetuar levantamento físico e econômico do Ativo Imobilizado e, devido aos fatos descritos anteriormente, a Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução aq

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

Valor Recuperável de Ativos e a revisão da vida útil econômica desses bens em atendimento resolução 1.177/09 – NBC TG 27.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

Ênfase

Doações e Contribuições: A entidade por não ter fins lucrativos, tem parte de suas receitas provenientes de doações e contribuições de terceiros. Como estas doações e contribuições de terceiros são espontâneas, só podem ser identificadas se registradas contabilmente e por essa razão, nossas verificações dessas receitas ficaram restritas, exclusivamente aos valores constantes dos registros contábeis.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de outubro de 2019, que conteve modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📧 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

6

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/grupoaudisa)

📱 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 16 de fevereiro de 2021

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

7

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores
📱 @grupoaudisa
🌐 /company/grupoaudisa
🌐 **PORTALAUDISA.COM.BR**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FE56-1C11-0209-E110> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FE56-1C11-0209-E110



Hash do Documento

80B58A574421AEC7154A51B0F2737AF03C24C7BBDC6BC6798567B27DAA3422C8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/03/2021 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
em 09/03/2021 18:34 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstração do Resultado do Exercício;
3. Demonstração do Fluxo de Caixa;
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
5. Notas explicativas.

BALANÇO PATRIMONIAL (em Reais)		
	2019	2018
<u>Ativo Circulante</u>	<u>19.226.545</u>	<u>1.329.302</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4.1)	17.940	58.129
Bancos e Aplicações (Nota 4.1)	11.656.472	619.580
Créditos com Clientes (nota 4.3)	7.256.744	343.445
Outros Créditos		11.277
Estoques (nota 4.5)	295.389	296.871
	19.226.545	1.329.302
<u>Ativo Não Circulante</u>		-
Imobilizado (nota 7)	41.656.171	48.371.969
Intangível	-	-
TOTAL DO ATIVO	60.882.716	49.701.271
	2019	2018
	<u>3.427.885</u>	<u>1.971.947</u>
<u>Passivo Circulante</u>	<u>3.427.885</u>	<u>1.971.947</u>
Fornecedores	207.105	746.200
Obrigações sociais e Trabalhistas	408.879	896.345
Obrigações Tributárias	16.761	193.565
Outras Contas a Pagar (nota 4.4)	2.674.101	12.473
Provisões para Contingências (nota 8)	121.039	123.364
<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>4.534.768</u>	
Fornecedores	-	-
Parcelamentos	295.023	-
Convênios à Realizar (Nota 4.4)	4.239.745	-
Obrigações Estatutárias		-
Outras Obrigações		-
<u>Patrimônio Líquido (nota 13)</u>	<u>52.920.063</u>	<u>47.729.324</u>
Patrimônio Social	15.017.362	14.719.645
Superávit / (Déficit) do Exercício	4.782.342	-426.196
Ajuste do Exercício Anterior	408.397	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial (nota 3)	32.711.961	33.435.875
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60.882.716	49.701.271

Demonstrações do Resultado do Período de 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em Reais)

Descrição		2019	2018
Receita Ordinárias Não Vinculadas		3.070.445	2.694.732
Receitas de Vendas	N.E.	3.070.445	2.694.732
Vendas - livraria		1.315.758	1.159.453
Vendas - lanchonete		918.664	800.561
Vendas - Bazar Sede MP		836.023	734.718
(-) Deduções s/Receitas de Venda		(69.197)	(32.338)
ICMS s/Vendas		(69.197)	(32.338)
Custos das Mercadorias Vendidas		(890.124)	(753.927)
CMV - Livros		(559.257)	(419.278)
CMV - Café		(330.867)	(334.649)
Outras Receitas Ordinárias não Vinculadas		1.300.386	1.179.410
Contribuições de Associados	10	849.218	924.982
Outras Receitas Operacionais		451.167	254.427
Despesas Gerais não Vinculadas		(3.470.576)	(2.696.404)
Administrativas		(3.470.576)	(2.696.404)
Superávit/ (Déficit) Ordinário não Vinculado		(59.067)	391.473
Receitas Ordinárias Vinculadas à Assistência Social - Geral		3.026.358	2.755.785
Receitas Provenientes de Atividades da Área Social	10	2.974.260	2.693.336
Doações Recebidas		987.393	344.784
Nota Fiscal Paulista		31.977	173.190
Receitas Recuperadas		0	64.423
Receitas de Aluguéis		925.835	1.075.854
Vendas de Bazar - CTFC		508.180	488.402
Eventos Benéficos		520.875	546.683
Receitas - Lar Batuíra não pagantes/gratuitos		52.098	62.449
Contribuições até 70% - Lar Batuíra		52.098	62.449
(-) Gastos dos Serviços Prestados em Assis.Social - geral		(2.507.062)	(2.497.418)
Custos com Recursos Humanos		(1.260.099)	(931.282)
Alimentação/Medicamentos de Assistido		(16.702)	(20.446)
Outras Despesas		(498.452)	(546.836)
Serviços de Comunicação e Infraestrutura		(410.254)	(421.284)
Despesas de Depreciação		(159.290)	(141.149)
Gastos com Condomínio		(89.606)	(80.692)
Despesas Tributárias		(2.842)	(355.729)
Serviços Prestados PJ		(69.818)	

(-) Gastos dos Serviços Prestados em Assis.Social - Lar Batuira		(767.145)	(574.883)
Não pagantes gratuitos		(767.145)	(481.546)
Recursos Humanos		(694.086)	(82.451)
Alimentos/Medicamentos		(19.532)	(10.887)
Despesas com PJ		(53.527)	
Superávit/(Déficit) Operacional das Atividades de Assis.Social		(247.849)	(316.514)
Receita Provenientes de Atividades da Educacional		3.281.061	2.438.321
Receita de Convênios Públicos	9	3.281.061	2.438.321
(-) Gastos de Serviços Prestados em Educacional		(3.030.305)	(2.915.847)
Recursos Humanos		(2.302.663)	(2.232.504)
Serviços Prestados PJ		(141.963)	(652.686)
Outras Despesas		<u>(555.022)</u>	
Despesas de Depreciação		(30.657)	(30.657)
Superávit/ (Déficit) Operacional das Atividades Educacionais		250.756	(477.526)
Benefícios Sociais		1.838.687	1.832.575
(-) INSS - Quota Patronal devida (nota 12)	12	917.273	993,762
(-) Iseção COFINS/PIS (nota 12)	12	921.414	838.813
(-) Efeitos Financeiros líquidos		31.265	(23.629)
Despesas Financeiras		(46.696)	(34.859)
Receitas Financeiras		77.961	11.230
OUTRAS RECEITAS		394.606	
OUTRAS RECEITAS		394.606	
Lucro na Venda de Imobilizado		4.412.631	
Ganho na Venda de Imobilizado		4.412.631	
Superávit/Déficit antes da gratuidade e renúncia fiscal		6.621.029	1406.379
Renúncia Fiscal		(1.838.687)	(1.832.575)
(-) INSS - Quota Patronal devida (nota 12)	12	(917.273)	(993.762)
(-) Iseção COFINS/PIS (nota 12)	12	(921.414)	(838.813)
Superávit/ (Déficit) Líquido do Exercício (nota 14)		4.782.342	(426.196)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS)						
COMPONENTES	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit)		Ajuste de Aval. Patrim.	Superávit/ Déficit do Exercício	TOTAL
		Exerc. Anterior	Exerc. Anterior			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.119.380	-	2.127.603	34.163.743	-	48.155.520
Déficit Exercício 2018	-	-	426.196	-	-	426.196
Realização da Depreciação de AVP 2018	-	-	727.868	-727.868	-	-
Incorporação ao PL - Reserva de Reavaliação 2018	727.868	-	727.868	-	-	-
Incorporação ao PL - Déficit do Exercício 2017	-	2.127.603	2.127.603	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.719.645	-	426.196	33.435.875	-	47.729.324
Ajuste de Exercício anterior	-	-	408.397	-	-	408.397
Superávit/do Exercício 2019	-	-	-	-	4.782.342	4.782.342
Realização da Depreciação de AVP 2019	-	-	723.913	-723.913	-	-
Incorporação ao PL - Reserva de Reavaliação 2019	723.913	-	723.913	-	-	-
Incorporação ao PL - Déficit do Exercício 2018	-	426.196	426.196	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.017.362	-	408.397	32.711.962	4.782.342	52.920.063

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
(em Reais)		
	2019	2018
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>		
-		
Resultado Líquido do Exercício	4.782.342	-426.196
<u>Ajuste do Exercício Anterior</u>		
Depreciação e Amortização	744.695	764.760
	-	-
TOTAL	5.935.434	338.564
<u>Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional</u>		
Contas a Receber	-6.913.299	-112.978
Outros Créditos	11.277	12.437
Estoques	1.482	94.782
Fornecedores	-539.096	392.261
Obrigações Sociais/Trabalhistas	- 487.466	- 65.123
Obrigações Tributárias	-176.804	169.115
Outras Contas a Pagar	7.196.396	3.276
Provisão para Contingências	- 2.325	254.427
Caixa e Equivalentes de Caixa das Atividades Operacionais	-909.835	239.343
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>		
-		
Caixa e Equivalentes de Caixa sobre ganho na venda imobilizado		
Varição de Ativo Imobilizado	5.971.103	-80.823
Caixa e Equivalentes de Caixa das Atividades Investimentos	5.971.103	-80.823
	-	-
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício	10.996.702	497.085
<u>Demonstração de Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		
No início do Exercício	677.709	180.624
No fim do Exercício	11.674.411	677.709
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	10.996.702	497.085

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEESP foi constituída sob a forma de Sociedade Civil, religiosa, filantrópica e cultural sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade de São Paulo, tendo como finalidade principal as seguintes atividades: I) o ensino, o estudo, a prática e a difusão do Espiritismo no seu tríplice aspecto – religioso filosófico e científico – de conformidade com as obras da Codificação de Allan Kardec; II) o progresso espiritual do homem, objetivando a solução dos problemas humanos com fundamento no Evangelho de Jesus Cristo à Luz da Doutrina Espírita; III) a criação, manutenção e orientação de instituições e serviços assistenciais de amparo e reajustamento de necessitados em geral, sem qualquer distinção quanto aos assistidos. A FEDERAÇÃO pratica a filantropia em cadeia através de suas casas mantidas conforme descrição abaixo: Casa Transitória Fabiano de Cristo CNPJ: 61.669.966/0002-91. Casa do Caminho CNPJ: 61.669.966/0007-04, Centro de Convívio CNPJ: 61.669.966/0008-87, Santo Amaro: CNPJ 61.669.966/0003-72. Em atendimento ao estabelecido na Lei 12.101/2009 (alterada pela Lei 12.868/2013 e Decreto 8.242/2014), em seu Artigo 3º, Inciso II, que trata da destinação de seu patrimônio em caso de dissolução, a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE SÃO PAULO apresenta em seu Estatuto, no Título V, Capítulo I – Do Patrimônio, Artigo 98 o seguinte texto: *“Em caso de dissolução da Federação, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma ou mais entidades Espíritas, legalmente constituídas com sede e atividade no país, registradas nos órgãos públicos competentes do Município, do Estado e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), desde que comprometidas com as finalidades previstas nos itens I, II e III do Artigo 2º deste Estatuto ou a Entidade Pública”*.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações

contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas em reunião de Diretoria.

3) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução CFC Nº 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumentos de valores atribuídos a elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado.

A entidade realizou no exercício de 2010 uma avaliação de seus bens Imóveis (Prédios e Edifícios) em conformidade com o disposto no ICPC – 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 37 e 43 os quais esclarecem que está permitido às empresas trazerem certos itens do seu ativo imobilizado a valor justo utilizando este valor como novo custo atribuído. O novo valor é tratado como se fosse o custo do bem na data de transição, que será depreciado prospectivamente ao longo de sua vida útil. A previsão de atribuição de custo na adoção inicial (deemed cost) está em linha com o contido nas normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8).

Com esta avaliação o valor justo dos Imóveis foi admitido como custo atribuído. O novo valor é tratado como se fosse custo do bem na data de transição e será depreciado ao longo de sua vida útil

A avaliação foi realizada por empresa especializada, a qual emitiu laudo de avaliação contendo a vida útil remanescente dos bens e o valor residual de forma que a partir do laudo estabelecemos novo tempo de vida útil e taxa de depreciação condizente.

O montante do Ajuste de Avaliação Patrimonial por conta da avaliação dos ativos a valor justo fez um montante de R\$ 39.258.819 (Trinta e nove milhões duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e dezenove reais). Anualmente se registra nas contas patrimoniais a realização do ajuste através da depreciação das contas do imobilizado.

4) DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Os saldos do exercício de 2019 demonstrado comparativamente com 2018 estão apresentados de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil para aquele período.

4.1) Caixas e equivalentes de caixa

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações

Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

Abaixo apresentamos a composição do saldo em 31/12/2019:

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Caixa Geral	17.940	58.129
Bancos C/Movimento	260.419	207.996
Aplicações Financeiras/Poup.	11.396.052	411.584
TOTAIS	11.674.411	677.709

4.2) Instrumentos Financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2019.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

4.3) Contas a Receber

As contas a receber estão apresentadas sem o ajuste a valor presente, o qual não foi calculado pela administração julgar o saldo como valor não relevante se comparado com o total do Ativo. O saldo da rubrica de Contas a receber em 31/12/2019 e 31/12/2018 está assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	
	2019	2018
Clientes/ Subvenções	6.875.707	188.870
Demais Contas a Receber	381.037	154.572
Total Contas a Receber	7.256.744	343.442

4.4 – CONVENIOS A RECEBER (RESOLUÇÃO CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07))

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

Os Convênios firmados com órgãos governamentais, estão de acordo com o Estatuto Social da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no decorrer do período as seguintes subvenções a receber do Poder Público Municipal:

Creche MEIMEI – Termo de Colaboração nº 08/18, firmado em 11/01/2018, validade 11/01/2018 à 11/01/2020, no valor total de R\$ 1.761.230,50, e Termo de Aditamento nº 03, firmado em 27/12/2019, Prorrogação em 02(dois) anos, o prazo originalmente fixado no Termo de Colaboração 08/18 para 11/01/2020 à 11/01/2022 e alteração do valor para R\$ 3.882.470,23.

Creche Bezerra - Termo de Colaboração nº 613/2017, firmado em 11/12/2017, validade 12/2017 à 12/2022 – 05(cinco) anos, valor total de R\$ 4.213.144,00

Creche Fabiano - Termo de Colaboração nº 1229/2017, firmado em 29/12/2017, validade 12/2017 à 12/2022 – 05(cinco) anos, valor total de R\$ 3.668.813,20

Os valores acima, ficam demonstrados conforme quadro abaixo:

SUBVENÇÕES		CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SP	CRECHE BEZERRA	842.628,80	1.685.257,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE SP	CRECHE FABIANO	733.762,64	1.467.525,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE S.J.C.	CRECHE MEIMEI	1.059.570,95	1.086.961,95
TOTAL		2.635.962,39	4.239.744,83

4.5) ESTOQUES

Os estoques da entidade estavam assim apresentados em 31/12/2019:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	
	2019	2018
Livraria	268.845	287.613
Doações/Brindes	17.286	0
Lanchonete	9.258	9.258
TOTAL	295.389	296.871

5) APROPRIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS:

As despesas e receitas estão sendo apropriadas pelo regime de competência, exceto as doações e contribuições espontâneas depositadas em contas bancárias sem previsão por parte da entidade.

6) DEMAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

- a. Classificam-se no **Circulante**, os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com vencimentos até o encerramento do exercício seguinte.
- b. No **Ativo Não Circulante** são registrados os Ativos realizáveis a longo prazo, os Investimentos e os ativos imobilizados. consistem de valores cujo vencimento ultrapassam o exercício subsequente.
- c. **Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 7. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- d. **Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido - São registrados por valores históricos contraídos, vencíveis a curto prazo e atualizados monetariamente.
- e. **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- f. **Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

- g. **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- h. **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

7) IMOBILIZADO: O imobilizado está constituído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	% Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos	-	30.245.292	34.823.071
Edifícios	2% a 6,67%	16.176.380	17.980.950
Instalações	10%	70.617	70.617
Máquinas Aparelhos e Equipamentos	10%	599.667	641.145
Móveis e Utensílios	10%	611.600	610.041
Veículos	20%	534.549	539.049
Computadores e Periféricos	20%	212.452	212.452
Biblioteca	10%	173.616	173.616
Aparelhos de Diversão – Creche	10%	32.508	32.508
VALOR ATUALIZADO		48.656.681	55.083.449
-) Depreciação Acumulada		(7.000.717)	(6.711.461)
VALOR RESIDUAL		41.656.171	48.371.988

A entidade registrou em 31 de dezembro de 2010, mediante laudo de avaliação emitido por empresa especializada Padrão Consultoria, um aumento por reavaliação em seus ativos permitido pelas normas brasileiras de contabilidade na adoção inicial de IFRS/PME. O valor da reavaliação nos Imóveis da entidade totalizou R\$ 51.657.590 (cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e noventa reais). As taxas de depreciação dos Edifícios foram calculadas de acordo com seu tempo de vida útil, sendo assim não temos como individualizar os bens.

A partir do exercício de 2011 a entidade registrou as despesas de depreciação dos valores reavaliados ao valor justo em 31/12/2010.

- Adições e Baixas no ano de 2019

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo

BENS	AQUISIÇÃO	BAIXAS
VEÍCULOS	9.990	14.490
EDIFÍCIO		1.349.131
TERRENO		4.577.760
TOTAL	9.990	5.941.381

8) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS (RESOLUÇÃO CFC No. 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC Nº 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança da perdas desses valores, constituímos uma provisão, no qual demonstraremos abaixo tratamento contábil adotado:

A entidade possui reclamações trabalhistas e cíveis em andamento judicial. A perda estimada dos processos classificados como sendo de risco provável foi provisionada no Passivo Circulante da Entidade e está no montante de R\$ 121.039. De acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, em função da expectativa de desfecho dos processos, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados.

As contingências possíveis, no montante de R\$ 121.039 estão apresentadas de acordo com os critérios dos assessores jurídicos da entidade.

Contingências Cíveis: O saldo de contingências cíveis possíveis totaliza em 31/12/019 o montante de R\$ 78.000.

Contingências Trabalhistas: O saldo de contingências trabalhistas possíveis totaliza em 31/12/019 o montante de R\$ 43.039.

9) CONVÊNIOS RECEBIDOS (RESOLUÇÃO CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07))

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07-Subvenção e Assistência Governamental e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade mantém os seguintes convênios com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo recebido de ambos o montante abaixo, no período de 2019 e 2018:

- **Centro de Convívio São José dos Campos**

CONVENIOS	31/12/2019	31/12/2018
Convênio CECOI 29.103/13	910.554	825.383
TOTAL		825.383

- **Casa Transitória Fabiano de Cristo**

CONVENIOS	31/12/2019	31/12/2018
Convênio 145/SAS-SME/2002 Creche Fabiano	852.139	693.807
E Convênio Creche Bezerra de Menezes	1.420.641	816.354
TOTAL	2.272.780	1.510.161
TOTAL DOS CONVENIOS RECEBIDOS	3.183.334	2.335.544

Os recursos de convênio são submetidos a prestações de contas mensais, estando a Entidade em dia com suas obrigações junto aos órgãos convenientes. Estas receitas são contabilizadas como recursos da área de educação.

10) CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES

De acordo com a Resolução CFC Nº 1409/12 Conselho Federal de Contabilidade em seu item 27 letra "f", no exercício de 2019 a Entidade teve as seguintes doações com restrição ou vinculação.

No exercício social findo em 31/12/2019, a entidade recebeu em doação e contribuições de associados o montante de R\$ 1.836.611 de diversas pessoas físicas e jurídicas os quais figuram como Receitas de Doações e Mantenedores Casa Transitórias.

Contribuições e Doações	31/12/2019	31/12/2018
Contribuições de Associados	849.218	924.982
Doações Recebidas Vinculadas a Assist. Social	987.393	344.783
TOTAL	1.836.611	1.269.765

11) DEMONSTRATIVO DAS GRATUIDADES

A aplicação dos recursos em Gratuidades atendeu o que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, III §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às Entidades Beneficentes de Assistência Social que atendem as exigências estabelecidas em lei. A Lei nº. 8212 de 24/07/91 - Lei do Custeio da Previdência Social, em seu Art. 55, a Lei 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14. A Instituição no atendimento aos seus objetivos aplicou em Gratuidades no exercício de 2019 o montante de R\$ 1.874.675 (R\$ 2.227.361 em 2018) (a)

(a) Excluídos as receitas e gastos com convênios públicos.

12) ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14) a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

Está sendo demonstrado a seguir o valor relativo às isenções previdenciárias e contribuições sociais usufruídas durante o exercício de 2019/2018:

	2019	2018
INSS COTA PATRONAL	917.273	993.762
COFINS (Lucro Real) 7,6%	757.054	689.187
PIS (Lucro Real) 1,65%	164.360	149.626
TOTAL	1.838.687	1.832.575

NOTA 12.1 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 12.2 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 12.3 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: ♣ a Instituição é regida pela Constituição Federal; ♣ a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; ♣ não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); ♣ não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 12.4 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.41 do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.42 do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 12.5 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14).

NOTA 12.6 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: ♣ a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; ♣ a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida); ♣ existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é dispensada de pagar o tributo; ♣ há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 12.7 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma entidade beneficente de assistência social e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14), cumpri os seguintes requisitos: ESTATUTÁRIOS ♣ não percebem a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências,

funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; ♣ aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; ♣ não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; ♣ atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); ♣ tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas; ♣ consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No. 8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07. OPERACIONAIS E CONTÁBEIS ♣ possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; ♣ mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; ♣ conserva em boa ordem e digitalizados, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; ♣ cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; ♣ elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 12.8 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS) A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14) e Entidade beneficente certificada, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o seu montante.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS
• 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais.
• RAT/SAT 2%
• TERCEIROS 5,8%
• COFINS 7,6% / PIS 1,65%

NOTA 12.9 – OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, de Assistencial Social já efetuou o recadastramento no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme determina a Resolução CNAS No. 14/2014, Os serviços de assistência social desenvolvidos pela FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE

SÃO PAULO são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto No. 6.308/07, Resolução do CNAS No. 109/09 e Resolução CNAS No. 14/2014.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social compreende o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos valores de superávit e diminuído de valores do déficit e ajustes entre contas patrimoniais das casas. Em 31 de dezembro de 2019, a **FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO** apresenta Patrimônio Social de R\$ 52.920.063.

14) SUPERÁVIT/DEFICIT ACUMULADOS

O superávit do exercício de 2019 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

No exercício de 2019 a entidade apresentou um superávit de R\$ 4.782.342

15) RATEIOS - DRE/ 2019

No exercício de 2019, foram realizados rateios de despesas dos departamentos que atendem à Sede e às Subsedes, são eles:

Assessoria Jurídica, auditoria, contabilidade, serviços de informática, sistema de informação (Quadro 1). Área de divulgação, área financeira, departamento de Presidência, departamento Vice-Presidência, departamento de doações e prestador de serviços (Quadro 2).

Estes departamentos foram distribuídos para áreas de Assistência Social, educação e religiosa, conforme demonstram os quadros abaixo:

Quadro 1:

	Funcionários	Asses. Jurídica	Auditoria	Contabilidade	Informática
		78.000,00	33.400,00	140.695,60	124.920,74
Total	162				
creche Bezerra	19	9.148,15	3.917,28	16.501,34	14.651,20
Creche Fabiano	15	7.222,22	3.092,59	13.027,37	11.566,74
CTFC	22	10.592,59	4.535,80	19.106,81	16.964,54
CTFC - Lar Baturia	23	11.074,07	4.741,98	19.975,30	17.735,66
SJC	27	13.000,00	5.566,67	23.449,27	20.820,12
Sto Amaro	8	3.851,85	1.649,38	6.947,93	6.168,93
sede	40	19.259,26	8.246,91	34.739,65	30.844,63
Presidência	1	481,48	206,17	868,49	771,12

Divulgação	2	962,96	412,35	1.736,98	1.542,23
Financeiro	3	1.444,44	618,52	2.605,47	2.313,35
Motoristas	2	962,96	412,35	1.736,98	1.542,23
TOTAIS		78.000,00	33.400,00	140.695,60	124.920,74

ÁREA	Serv. Prestados
ASSIST SOCIAL	69.817,84
ASSIST SOCIAL LAR	53.527,01
EDUCAÇÃO	141.962,95
RELIGIOSA (1)	111.708,55
TOTAL	377.016,35

Todos estes departamentos foram distribuídos para áreas de Assistência Social, educação e religiosa, tendo como base do rateio a folha de pagamento, o qual representa o gasto mais relevante.

Quadro 2: Prestador de Serviços

MESES	FINANCEIRO	DIVULGAÇÃO	PRESIDÊNCIA	MOTORISTA	PRESTADOR P.F.	TOTAL
jan./19	R\$ 7.695,07	R\$ 21.300,51	R\$ 4.932,30	R\$ 4.913,09	R\$ 4.000,00	R\$ 42.840,97
fev./19	R\$ 7.543,40	R\$ 23.722,06	R\$ 5.067,60	R\$ 7.223,90	R\$ 4.000,00	R\$ 47.556,96
mar/19	R\$ 11.935,91	R\$ 17.726,07	R\$ 5.037,13	R\$ 7.204,64	R\$ 4.000,00	R\$ 45.903,75
abr./19	R\$ 9.551,37	R\$ 3.289,04	R\$ 5.418,56	R\$ 8.563,69	R\$ 4.142,71	R\$ 30.965,37
mai./19	R\$ 9.873,40	R\$ 3.566,19	R\$ 5.227,80	R\$ 11.627,00	R\$ 4.142,71	R\$ 34.437,10
jun./19	R\$ 8.346,65	R\$ 3.489,35	R\$ 5.175,00	R\$ 11.198,73	R\$ 4.440,00	R\$ 32.649,73
jul./19	R\$ 8.668,16	R\$ 3.273,54	R\$ 6.306,42	R\$ 13.285,00	R\$ 4.440,00	R\$ 35.973,12
ago./19	R\$ 8.097,32	R\$ 4.292,70	R\$ 4.908,25	R\$ 12.627,60	R\$ 4.440,00	R\$ 34.365,87
set/19	R\$ 9.090,19	R\$ 6.000,57	R\$ 4.930,80	R\$ 10.812,59	R\$ 4.440,00	R\$ 35.274,15
out/19	R\$ 8.480,26	R\$ 5.834,91	R\$ 4.840,60	R\$ 12.501,87	R\$ 4.440,00	R\$ 36.097,64
nov./19	R\$ 8.481,95	R\$ 4.152,26	R\$ 4.885,70	R\$ 11.600,76	R\$ 4.440,00	R\$ 33.560,67
dez/19	R\$ 8.541,23	R\$ 5.106,86	R\$ 4.885,70	R\$ 12.357,49	R\$ 4.440,00	R\$ 35.331,28
13/2019	R\$ 5.834,80	R\$ 2.692,10	R\$ 4.262,10	R\$ 7.205,10	R\$ 4.440,00	R\$ 24.434,10
TOTAIS	R\$ 112.139,71	R\$ 104.446,16	R\$ 65.877,96	R\$ 131.121,46	R\$ 55.805,42	R\$ 469.390,71

ÁREA	Nº FUNC	PERCENTUAL	VALOR
ASSIST SOCIAL	30	25,00%	R\$ 117.347,68
ASSIST SOCIAL LAR	23	19,17%	R\$ 89.982,20

EDUCAÇÃO	61	50,83%	R\$ 238.591,30
RELIGIOSA	6	5,00%	R\$ 23.469,54
TOTAL	120	100%	R\$ 469.390,71

16) FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

17) DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

18) AJUSTES AO BALANÇO DE 2019 SOLICITADOS EM REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios de forma retrospectiva provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade, após criteriosa conferência, onde não foi possível identificar o exercício que originou este ajuste, tornando-se impraticável a reapresentação de demonstrações financeiras anteriores, em conformidade. Conforme resolução 1.179 do Conselho Federal de Contabilidade em seu item 50.

Alguns saldos sofreram ajustes, destacamos a conta Caixa, Fornecedores a pagar, adiantamento de férias, provisões de férias, assim como outras contas da gestão 2017/2018. Foram enviados ao financeiro o relatório das contas de Fornecedores em aberto para análise e, após a conferência e

levantamento das contas, não foram constatados débitos em abertos, razão pela qual foi efetuada a baixa dos mesmos.

A Diretoria da entidade solicitou que estes saldos fossem baixados pela Contabilidade, pelo fato de não haver valores a receber ou a pagar nesses casos específicos. Os ajustes foram apresentados ao Conselho Deliberativo, reconhecida a necessidade dos mesmos e aprovados nessa instância.

Como os ajustes foram aprovados, a contabilidade procedeu com a baixa de acordo com as normas brasileiras de contabilidades vigentes no Brasil.

	AJUSTE
ATIVO CIRCULANTE	
CAIXAS E BANCOS	76.095,05
CONTAS A RECEBER	-279.410,23
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.870,42
	-200.444,76
	AJUSTE
PASSIVO CIRCULANTE	
FORNECEDORES E PRESTADORES	-145.505,58
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-48.628,85
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	-8.952,47
DEPÓSITOS DE FIANÇA	-4.865,45
	-207.952,35
	AJUSTE
PATRIMONIO LÍQUIDO	
DÉFICIT DO EXERCÍCIO 2018	408.397,11

19) IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELACIONADO A PANDEMIA DE CORONA VÍRUS (COVID-19)

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No dia 9 de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars).

Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. A Administração entende que não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir:

- _ CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;
- _ CPC 24 – Evento Subsequente
- _ CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- _ CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e
- _ CPC 48 – Instrumentos financeiros;

A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações financeiras que os estudos internos dos impactos do COVID19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações financeiras aqui apresentadas.

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

Roberto Watanabe
CPF: 679.343.748-87

Monica de Almeida Schmidt
CRC/SP:1SP234365/O-0